



**Endiama – Empresa Nacional de
Diamantes de Angola, E.P.**

**Demonstrações Financeiras em
31 de Dezembro de 2018 acompanhadas
do Relatório do Auditor Independente**

Relatório do Auditor Independente

**Ao Conselho de Administração
da Endiama – Empresa Nacional de Diamantes de Angola, E.P.**
(montante expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Endiama – Empresa Nacional de Diamantes de Angola, E.P. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2018 que evidencia um total de 91.502.369 mKz e um capital próprio de 45.596.842 mKz, incluindo um resultado líquido de 7.028.656 mKz, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Bases para a Opinião com Reservas

6. Até à data deste relatório, à semelhança do exercício anterior tal como consta no nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018, datado de 25 de Junho de 2018, não obtivemos resposta de diversos advogados contratados pela Empresa ao nosso pedido de confirmação da existência de processos em contencioso, litígios e outros assuntos incluindo a quantificação das eventuais responsabilidades correspondentes bem como da probabilidade de desfecho desfavorável que poderá estar associada às mesmas. Consequentemente, não podemos concluir quanto aos efeitos integrais, se alguns, nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018, dos eventuais ajustamentos que se poderiam ter identificado, caso nos tivessem sido facultadas as referidas respostas e informações.
7. À semelhança do exercício anterior tal como consta no nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018, datado de 25 de Junho de 2018, os procedimentos e controlos internos vigentes na Empresa, não asseguram de forma inequívoca que todas as transacções materialmente relevantes são capturadas e reportadas para registo contabilístico e tratamento fiscal atempado e no exercício a que respeitam. Acresce referir que não obtivemos, até à presente data, as respostas de determinadas entidades aos nossos pedidos de confirmação de saldos, e outras informações, os quais, de acordo com os registos contabilísticos da Empresa, em 31 de Dezembro de 2018, eram conforme segue (Débito/ (Crédito)):

Contas a receber - Outros devedores	
Projecto Luachisse	606.123
Somipa-Sociedade Mineira	547.046
Projecto Camuanzanza	349.820
Contas a receber - participantes e participadas	
SODIAM	938.633
Banco Comércio e Indústria	1.287
Sociedade Mineira de Lucapa	5.316.269
Contas a pagar - Fornecedores - correntes	
Odebrecht Serviços No Exterior, Ltd	(179.043)
Socogrel	(191.064)
Bralusango	(227.776)
Outras entidades	(201.862)
Contas a pagar - Participantes e participadas	
SODIAM	(26.351.090)
Sociedade Mineira do Luminas	(14.505)
Endiama Mining	(1.621.130)
Disponibilidades - Banco Português de Investimento	8.406

Adicionalmente, não obtivemos, para algumas respostas recebidas, a reconciliação entre os saldos constantes dos registos contabilísticos em 31 de Dezembro de 2018 e os indicados nas respostas, como segue (Débito / (Crédito)):

	Saldo por Contabilidade	Saldo por resposta	Diferença
Contas a receber - Participantes e participadas:			
Sociedade Mineira do Luminas			
Saldos activos	441.143	391.426	49.717
Alfa 5			
Saldos activos	390.877	146.063	244.815
Saldos passivos	(264.667)	(80.197)	(184.469)
Complexo Hotelheiro da Endiama			
Saldos passivos	(245.094)	(644.868)	399.774
Contas a receber e a pagar - Outras entidades:			
Saldos activos	448.647	-	448.647
Saldos passivos	(566.319)	(493.855)	(72.463)

Sallentam-se ainda as seguintes situações: (i) o processo de reconciliação de respostas obtidas de um conjunto de entidades relacionadas, revelou a existência de um conjunto de itens de reconciliação relacionados com saldos activos não reconhecidos pela contraparte no montante 905.137 mKz, encontrando-se esta situação a ser analisada pelos serviços de contabilidade da Empresa sendo os seus efeitos desconhecidos à data deste relatório; (ii) decorrente do processo iniciado em exercícios anteriores relativamente à análise da rubrica de "Contas a pagar" e "Encargos a pagar" foram identificadas contas a pagar que totalizam 840.885 mKz (incluindo 765.029 mKz a pagar indicado nos saldos não confirmados supramencionados) e 247.111 mKz, respectivamente, não tendo sido por nós obtida evidência de auditoria suficiente que nos permita concluir quanto à sua exigibilidade; (iii) em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica "Contas a receber - Outros devedores" e "Contas a receber - pessoal" inclui saldos a receber no montante de 451.641 mKz e 419.424 mKz, respectivamente, que apresentam uma elevada antiguidade e relativamente aos quais não nos foram facultadas informações que nos permitissem concluir quanto ao momento e valor estimado de realização dos mesmos; (iv) no decurso da análise da rubrica de "Contas a receber - Outros devedores" identificamos uma conta de natureza transitória no montante de 128.603 mKz para a qual não obtivemos informação suficiente para concluir quanto à sua existência e correcta valorização; e (v) na análise aos montantes apresentados na rubrica "Contas a receber - Participantes e participadas - Empréstimos concedidos" identificamos saldos não correntes de 6.821.564 mKz para os quais não obtivemos informação para concluir quando à sua correcta classificação como activos não correntes.

Consequentemente, atendendo (i) à insuficiência dos resultados dos procedimentos alternativos realizados para os saldos supra referidos não confirmados ou não reconciliados e da informação disponível a esta data, não podemos realizar certos testes de auditoria e concluir quanto aos efeitos, se alguns, nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018, dos eventuais ajustamentos que poderiam ter sido identificados, caso tivéssemos obtido as respostas, reconciliações e informações atrás referidas; e (ii) às deficiências de controlo interno identificadas relativamente ao corte de operações, não podemos assegurar que todas as transacções relacionadas com as operações do exercício foram capturadas e registadas no exercício a que respeitam.

8. Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o balanço da Empresa inclui na rubrica de "Investimentos em subsidiárias e associadas", investimentos efectuados em várias empresas subsidiárias e associadas, os quais se encontram registados ao custo de aquisição ou ao valor de realização, dos dois o mais baixo, sendo o seu detalhe, de acordo com os registos contabilísticos da Empresa, conforme segue:

Investimentos em subsidiárias e associadas	
Subsidiárias	
SML - Sociedade Mineira do Lucapa	18.605.349
Associadas:	
Luó - Soc. Mineira do Camacho - Camagico	305.328
Chitoto	250.425
ENDIAMA MINING, LIMITADA	9.801

Contudo, à semelhança do exercício anterior e tal como consta no nosso relatório de auditoria supra mencionado, não se encontram disponíveis informações financeiras actualizadas e auditadas que nos permitam concluir quanto à realização daqueles investimentos em subsidiárias e associadas e quanto à existência de outras responsabilidades para a Empresa decorrentes da situação financeira daquelas entidades. Sallentam-se ainda as seguintes situações:

- (a) a Empresa mantém igualmente contas a receber de entidades subsidiárias e associadas no montante de 7.758.654 mKz (incluindo 5.317.556 mKz relacionados com saldos não confirmados mencionados no parágrafo 7 acima), não tendo sido por nós obtida evidência de auditoria suficiente que nos permitisse concluir quanto ao momento e montante de realização das mesmas;
- (b) não nos foram disponibilizadas as actas de aprovação das contas de 2017 relativas a um conjunto de subsidiárias e associadas que historicamente têm vindo a distribuir dividendos numa base anual

pelo que não nos é possível concluir quanto à existência de dividendos por registar nas demonstrações financeiras de 2018;

- (c) não se encontra registada nas demonstrações financeiras a participação financeira detida na entidade "Endiama-China International Holding Limited", a qual corresponde a 55% do capital social daquela sociedade, tendo a Empresa encetado um processo de *due diligence* com o objectivo de determinar a situação financeira e legal actual da referida sociedade;
- (d) na sequência do Decreto Presidencial nº 1/18, de 4 de Janeiro, a participação financeira da Empresa na associada "Sociedade Mineira do Catoca, S.A." terá sido aumentada de 32,8% para 41%; no entanto não se encontram reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas os direitos bem como as correspondentes obrigações resultantes da subscrição do referido aumento de participação, pese embora a Empresa tenha reconhecido os dividendos distribuídos pela referida associada tendo por base o Interesse participativo de 41%.

Consequentemente, na ausência de mais informações, não nos foi possível concluir quanto aos eventuais efeitos destes assuntos, se alguns, nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2018.

- 9. No decurso do nosso trabalho, e à semelhança do exercício anterior, conforme consta no nosso relatório de auditoria supra mencionado constatamos que a Empresa tem vindo assumir um conjunto de responsabilidades relacionadas com projectos mineiros e outras entidades que carecem do seu suporte financeiro da Empresa, tendo sido por nós identificadas as seguintes situações: (i) o reconhecimento directo na rubrica de "Resultados não operacionais - Custos não operacionais" do montante total de 722.630 mKz relacionado com o pagamento de remunerações e contribuições em atraso para o sistema de Segurança Social de trabalhadores afectos aos projectos mineiros e apoios a fundações com salários em atraso de exercícios anteriores; e (ii) o reconhecimento na rubrica de "Contas a receber - Outros devedores" do montante de 955.943 mKz (606.123 mKz em 31 de Dezembro de 2017) relacionado com o acionamento de uma carta de conforto concedida pela Empresa a uma instituição financeira para assegurar o reembolso de dívida bancária vencida contraída por parte de um projecto mineiro, não nos tendo sido providenciada evidência que nos permita concluir que o referido projecto terá capacidade de reembolsar aquela verba à Empresa. Fomos informados pela Empresa que se encontra em curso um processo interno tendente a assegurar a quantificação integral das potenciais responsabilidades para a Empresa decorrentes de situações similares, a acrescer àquelas referidas em (i) e (ii) acima. Consequentemente, na ausência de mais informações, não nos é possível concluir quanto à existência de eventuais responsabilidades e contingências por registar e por divulgar nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018.
- 10. No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, a Empresa contabilizou na rubrica de "Outros proveitos operacionais", proveitos no montante de 407.298 mKz para os quais não obtivemos informação suficiente que nos permita concluir quanto à sua plenitude e exactidão. Consequentemente, na ausência de mais informações, não nos é possível concluir quanto aos efeitos, se algum, dos eventuais ajustamentos que poderiam ter sido identificados, caso tivéssemos obtido as informações atrás referidas.
- 11. Em exercícios anteriores, a Empresa optou por registar os seus activos fixos tangíveis pela sua quantia revalorizada a qual corresponde ao seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e menos perdas por imparidade acumuladas subsequentes. No entanto, ao abrigo dos princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola, as revalorizações deverão ser efectuadas com regularidade suficiente para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo justo valor à data do balanço. Atendendo ao espaço temporal decorrido desde a última revalorização efectuada pela Empresa e ao facto da economia Angolana ter sido declarada uma economia hiperinflacionária nos últimos exercícios, entendemos que o justo valor à data de balanço dos activos fixos tangíveis pode diferir de forma materialmente relevante da sua quantia escriturada. Não obtivemos, contudo, informações suficientes que nos permita concluir quanto aos efeitos deste assunto nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018, os quais entendemos ser significativos.

12. No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, a Empresa conferiu aos seus trabalhadores um direito a receber uma compensação por reforma correspondente a 15% do salário base praticado na data de reforma, multiplicado pelo total de número de anos de vínculo laboral. O procedimento da Empresa consiste em reconhecer tais encargos no exercício em que procede ao seu pagamento não existindo, contudo, informações de carácter actuarial que permitam quantificar as responsabilidades emergentes para Empresa com as obrigações assumidas até 31 de Dezembro de 2018, pelo que, conseqüentemente, não nos foi possível concluir quanto ao efeito deste assunto nas demonstrações financeiras anexas, o qual entendemos ser significativo.
13. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, contabilizou na rubrica de "Outros proveitos operacionais" o montante de 866.183 mKz relativo a proveitos obtidos com a intermediação da comercialização de um lote de diamantes ocorrida no exercício de 2017. Atendendo à magnitude, relevância e relação com exercícios anteriores daquele proveito, entendemos que a sua contabilização se enquadra no conceito de erro fundamental previsto no Plano Geral de Contabilidade, relativamente à preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior. Conseqüentemente, em 31 de Dezembro de 2018, os resultados transitados encontram-se subavaliados e o resultado líquido do exercício findo naquela data encontra-se sobreavaliado no montante de 866.183 mKz.

Opinião com Reservas

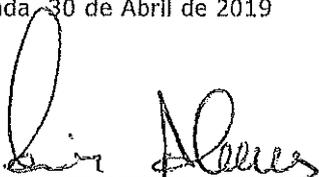
14. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 6 a 10 acima, e excepto quanto aos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos 11 a 13 acima, da secção "Bases para a Opinião com Reservas", as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Endiama – Empresa Nacional de Diamantes de Angola, E.P. em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

Ênfases

15. Sem modificar a nossa opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes assuntos:
 - (i) De acordo com a Lei de Bases do Sector Empresarial Público, as propostas de aplicação dos resultados disponíveis dos exercícios das empresas de capitais integralmente públicos, devem ser afectos, nos termos que vierem a ser regulamentados, de acordo com as seguintes prioridades: (I) Reserva legal; (ii) Dividendos; (iii) Fundo de investimentos; (iv) Fundo social. O parecer do Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos, conforme descrito em maior detalhe na Nota 14, é omissivo no que concerne à proposta de aplicação de resultados de 2017 apresentada pelo Conselho de Administração.
 - (ii) O Decreto Presidencial Nº 153/17, de 4 de Julho, veio aprovar a transformação da "SODIAM, S.A." em Empresa Pública bem como o seu Estatuto Orgânico, pelo que o capital social passou a ser detido integralmente pelo Estado Angolano. No entanto, o artigo 65º da Lei de Bases do Sector Empresarial Público ("LBSEP") dispõe que a "SODIAM, S.A." ("SODIAM"), por assumir a forma de uma sociedade anónima, categoriza-se como uma "Empresa com domínio público" pelo que, ao abrigo do artigo 66º da mesma Lei, se deveriam aplicar as disposições da Lei das Sociedades Comerciais ao referido processo de transformação, nomeadamente as prescritas no "Capítulo XI – Transformação de sociedades" da referida Lei, com todas as conseqüências legais inerentes. Sallenta-se que a Empresa detém um investimento financeiro registado ao custo histórico na referida entidade no montante de 9.702 mKz e contas a pagar líquidas no montante de 25.412.457 mKz em 31 de Dezembro de 2018. O Conselho de Administração da Empresa encontra-se a avaliar este assunto juntamente com os seus assessores legais e Ministério de Tutela antecipando, contudo, que os efeitos advenientes do mesmo não serão significativos para as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018.

- (iii) As demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações apesar de, em 31 de Dezembro de 2018, os activos correntes serem inferiores aos passivos correntes resultando numa situação de fundo de maneiolo negativo. Consequentemente, a continuidade das operações da Empresa depende do sucesso futuro das mesmas, da implementação com sucesso de medidas de saneamento financeiro adequadas às circunstâncias e da manutenção do suporte financeiro do accionista Estado.

Luanda, 30 de Abril de 2019



Deloitte & Touche – Auditores, Lda.
Representada por Luís Filipe Alves (nº 20140026)

Endiama – Empresa Nacional de Diamantes de Angola,
E.P.

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018

ENDIAMA - EMPRESA NACIONAL DE DIAMANTES, E.P.
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mkz)

Designação	Notas	Exercícios	
		2018	2017
ACTIVO			
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações Corpóreas	4	25.414.881	25.391.416
Imobilizações Incorpóreas	5	78.484	435
Investimentos em subsidiárias e associadas	6	19.637.893	19.637.893
Outros activos financeiros	7	168.023	45.127
Outros activos não correntes	9	11.386.612	8.154.990
Total dos activos não correntes		58.685.893	53.229.861
ACTIVOS CORRENTES:			
Contas a receber	9	14.707.095	8.220.806
Disponibilidades	10	20.077.946	5.244.512
Outros activos correntes	11	31.435	-
Total dos activos correntes		34.816.476	13.465.318
Total do activo		91.502.369	66.695.179
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	12	-	-
Reservas	13	18.788.559	18.788.569
Resultados transitados	14	19.779.627	20.371.746
Resultados do exercício		7.028.656	(592.119)
Total do capital próprio		45.596.842	38.568.186
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões para outros riscos e encargos	18	4.829.067	2.777.721
Outros passivos não correntes	19	1.826.035	991.276
Total do passivo não corrente		6.655.102	3.768.997
PASSIVO CORRENTE:			
Contas a pagar	19	37.205.807	22.666.852
Outros passivos correntes	21	2.044.618	1.701.144
Total do passivo corrente		39.250.425	24.367.996
Total do passivo		45.905.527	28.126.993
Total do capital próprio e do passivo		91.502.369	66.695.179

As notas anexas são parte integrante do balanço para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

António Jaime Ventura
O Contabilista
António M. Ventura
(20130097)

O Conselho de Administração
José Manuel Ganga Júnior
José Manuel Ganga Júnior
(Presidente Conselho de Administração)

Joaquim Filipe Luís
Joaquim Filipe Luís
(Administrador)

ENDIAMA - EMPRESA NACIONAL DE DIAMANTES, E.P.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 31 DE DEZEMBRO 2017
 (Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mKz)

Designação	Notas	Exercícios	
		2018	2017
Outros proveitos operacionais	24	5.816.138	1.943.726
Custos com o pessoal	28	(6.059.051)	(5.675.661)
Amortizações	29	(733.483)	(681.636)
Outros custos e perdas operacionais	30	(2.729.060)	(2.327.681)
Custos Operacionais		(9.521.602)	(8.684.978)
Resultados operacionais		(3.705.464)	(6.741.252)
Resultados financeiros	31	(1.469.507)	289.375
Resultados de filiais e associadas	32	16.132.674	8.316.938
Resultados não operacionais	33	(3.929.047)	(2.462.625)
Proveitos/Ganhos Extraordinários	34	-	5.345
Resultados antes de impostos		7.028.656	(592.119)
Imposto sobre o rendimento	35	-	-
Resultado líquido do período		7.028.656	(592.119)

As notas anexas são parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

António Manuel Ventura
 O Contabilista
 António M. Ventura
 (20130097)

José Manuel Ganga Júnior
 O Conselho de Administração
 José Manuel Ganga Júnior
 (Presidente Conselho de Administração)

Joaquim Filipe Luis
 (Administrador)

ENDIAMA - EMPRESA NACIONAL DE DIAMANTES, E.P.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(MÉTODO INDIRECTO)

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mKz)

Designação	Notas	Exercícios	
		2018	2017
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido antes dos impostos e das rubricas extraordinárias		7.028.656	(597.464)
Ajustamentos:			
Depreciações e amortizações	4	733.483	681.636
Perdas em imobilizações	5	-	7.072
Provisões	33	2.142.290	1.736.912
Resultados financeiros	31	8.352.097	(11.832)
Resultados extraordinários e não operacionais	34	-	5.345
Resultados de filiais e associadas	32	(16.132.674)	(8.316.938)
Variação patrimonial	14	-	(727.812)
Resultados operacionais antes das alterações do capital circulante		2.123.882	(7.223.081)
(Aumento)/Diminuição das dívidas de terceiros	9	(1.653.860)	(639.548)
(Aumento)/Diminuição de outros activos	11	(31.436)	14.200
Aumento/(Diminuição) das dívidas a terceiros	10	1.057.502	540.950
Aumento/(Diminuição) de outros passivos	21	343.474	370.553
Aumento de caixa não imediatamente convertível em dinheiro	10	330.692	203.847
Caixa gerada proveniente das operações		2.170.225	(6.733.078)
Impostos sobre os lucros pagos		-	-
Caixa líquida proveniente das actividades operacionais		2.170.225	(6.733.078)
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proventos similares	31	16.543	35.398
Dividendos recebidos		13.423.702	7.345.518
		13.440.245	7.380.916
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas		(752.989)	(195.723)
Imobilizações incorpóreas		(82.028)	-
		(834.997)	(195.723)
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		12.605.248	7.185.193
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares pagos	31	(68.884)	(23.586)
		(68.884)	(23.586)
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		(68.884)	(23.586)
Aumento/(Diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes		14.706.589	428.549
Caixa e seus equivalentes no início do período	47	5.040.665	4.612.116
Caixa e seus equivalentes no fim do período	47	19.747.254	5.040.665

As notas anexas são parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

O Contabilista
António Manuel Ventura
António M. Ventura
(20130097)

O Conselho de Administração
José Manuel Ganga Júnior
José Manuel Ganga Júnior
(Presidente Conselho de Administração)

Joaquim Filipe Lúcia
(Administrador)

NOTA INTRODUTÓRIA

1.1 OBJECTO SOCIAL E CONSTITUIÇÃO

A ENDIAMA – Empresa Nacional de Diamantes de Angola, E.P. (adiante designada igualmente por "ENDIAMA" ou "Empresa") é uma empresa pública, cujos estatutos foram aprovados pelo Decreto nº 30-A/97, de 25 de Abril, publicado no Suplemento do Diário da República, I Série, nº 20, na sequência da aprovação pela Assembleia Nacional da Lei nº 9/95, de 15 de Novembro (Lei das Empresas Públicas). O seu objecto social compreende as actividades de prospecção, reconhecimento, exploração, transformação e comercialização de diamantes, de acordo com a legislação em vigor, podendo associar-se a entidades de comprovada capacidade técnica e financeira, nacionais ou estrangeiras, para o exercício do seu objectivo social.

Até 1987, a Empresa exercia apenas funções de fiscalização do sector mineiro, dado que a DIAMANG – Diamantes de Angola (anterior Concessionária do período colonial), continuava em actividade. Após a dissolução desta empresa, o que veio a acontecer em Fevereiro de 1987, a totalidade do seu património transitou integralmente para a Empresa, definindo-se nessa altura a estratégia empresarial assente nos seguintes vectores:

- Participação activa no relançamento da actividade de exploração mineira e apoio à negociação e acordo com entidades internacionais visando a celebração de acordos com operadores mineiros e a constituição de empresas mistas;
- Alargamento das actividades da Empresa a outros sectores da economia;
- Rentabilização das estruturas e unidades autónomas da ENDIAMA;
- Implantação e consolidação de um modelo organizativo assente numa filosofia de empresa gestora de participações sociais ("Holding").

Nos moldes definidos acima, a Empresa tem vindo a fomentar e participar na constituição de diversas entidades sob a forma de sociedades mistas, associações em participação ou ainda fundações.

Face aos elevados encargos com despesas de saúde dos seus trabalhadores, a Empresa construiu em exercícios anteriores a Clínica Sagrada Esperança (adiante "CSE"), que até 2005 não estava dotada de autonomia jurídica ou financeira. Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006, a CSE iniciou a sua actividade enquanto entidade autónoma, considerando também o potencial da prestação de serviços médicos e medicamentosos a terceiros, pelo que foram destacados da ENDIAMA diversos activos relacionados com a actividade da CSE, para esta subsidiária.

Em 31 de Dezembro de 2018, a actividade da ENDIAMA compreende:

- Concessionária do Estado Angolano para o sector diamantífero; e
- Gestão de participações sociais nas empresas subsidiárias e associadas.

Enquanto Concessionária diamantífera, a Empresa beneficiou até Agosto de 2010 de uma remuneração de 2,5% do valor dos diamantes comercializados em território Angolano e destinados à exportação, a título de taxa de comercialização (Lei 16/94, Lei dos Diamantes). Conforme estipulado por lei, a taxa de comercialização visa cobrir os seguintes encargos:

- Direitos aduaneiros incidentes sobre a exportação, que representarão em termos teóricos 1% do valor das exportações;
- Outros custos (avaliação independente, transporte e segurança dos diamantes), que representarão teoricamente 1,5% do valor das exportações.

Na sequência do aditamento ao officio nº 324/GAB/SEGM-GOV.A/1010 de 23 de Agosto de 2010, a Endiama passou a beneficiar de uma remuneração de 1% sobre o valor dos diamantes comercializados em território Angolano e destinados à exportação, sendo da responsabilidade da Empresa de Comercialização de Diamantes de Angola, SODIAM S.A.R.L. os encargos referentes aos emolumentos devidos à Direcção Nacional das Alfândegas, ao Despachante Oficial e ao Avaliador Independente. Adicionalmente, a Empresa beneficiou igualmente de uma remuneração de 0,85% sobre o valor dos diamantes comercializados pela ASCORP, tendo a mesma sendo extinta com efeito a partir 31 Agosto de 2016.

Enquanto detentora e gestora de participações sociais, obtém a sua fonte de remuneração mais significativa através da distribuição de dividendos das suas subsidiárias e associadas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Geral de Contabilidade Angolano ("PGCA"), aprovado pelo Decreto nº 82/01, de 16 de Novembro. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos em Kwanzas (Kz) e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

As demonstrações financeiras: (i) respeitam as características de relevância e fiabilidade; (ii) foram preparadas na base da continuidade e do acréscimo; (iii) foram preparadas em obediência aos princípios contabilísticos da consistência, materialidade, não compensação de saldos e comparabilidade.

2.2 BASES DE VALORIMETRIA ADOPTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo revalorizado, correspondendo o seu valor contabilístico na data de relato ao seu justo valor na data da última revalorização, em 31 de Dezembro de 2016, deduzido de amortizações acumuladas.

Qualquer aumento resultante das revalorizações efectuadas é efectuado no capital próprio na rubrica "Reservas de reavaliação", excepto se o mesmo reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas directamente na rubrica "Reservas de reavaliação" até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo activo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é directamente reconhecido em resultados. Quando o activo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao activo não é reclassificado para resultados.

As amortizações são calculadas pelo método de quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20 a 50
Equipamento básico	6 a 10
Equipamento de transporte	3 a 10
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	8 a 10

b) Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual os mesmos são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos gerados são registados nas rubricas de outros activos correntes e outros passivos correntes (Notas 11 e 21).

c) Saldos e transacções expressos em moedas diferentes de Kz

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Kz, utilizando-se as seguintes taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Dólares dos Estados Unidos da América ("USD")	308,607	165,924
Euros ("EUR")	353,015	185,400

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício (Nota 31).

d) Investimentos financeiros e outros activos financeiros

Investimentos financeiros

As participações financeiras detidas em empresas do grupo e associadas encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou ao valor de realização, dos dois o mais baixo. Os dividendos são reconhecidos como resultados no exercício em que são anunciados e colocados à disposição da Empresa.

Outros activos financeiros

As obrigações do tesouro Angolano encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor de realização, dos dois o mais baixo.

e) Regime fiscal

A Empresa encontra-se sujeita aos seguintes impostos, contribuições e taxas:

- i) Imposto industrial: O imposto é calculado com base no lucro tributável (resultado contabilístico ajustado para efeitos fiscais) utilizando uma taxa nominal de 30%. Adicionalmente, encontra-se igualmente estabelecido o regime tributário de liquidação e pagamentos provisórios antecipado em sede deste imposto através de: (i) retenção na fonte de 6,5% sobre as prestações de serviços e (ii) liquidação provisória no montante de 2% sobre as vendas do primeiro semestre;
- ii) Segurança social: esta contribuição corresponde a 11% das remunerações dos empregados, sendo 3% da responsabilidade do trabalhador;
- iii) Imposto sobre os rendimentos do trabalho ("IRT"): Este imposto é retido pela Empresa e deduzido nos ordenados dos empregados, sendo calculado com base nas remunerações destes. Ao abrigo da Lei n.º 18/14, de 22 de Outubro, foram definidos treze escalões crescentes variáveis sendo a taxa máxima de 17%;
- iv) Imposto do selo: Este imposto é liquidado mensalmente correspondendo a 1% sobre a facturação recebida das vendas e prestações de serviços;
- v) Imposto predial urbano ("IPU"): A Lei n.º 18/11, de 21 de Abril (que vem substituir ao anterior Código do Imposto Predial) estabelece que o pagamento de imposto predial urbano sobre rendimentos de imóveis após 30 de Maio de 2011, opera por retenção na fonte à taxa de 15%, caso o senhorio não esteja isento. Adicionalmente, os rendimentos com a actividade de arrendamento deixam de ser tributados em sede de imposto industrial, estando agora abrangidos por esta lei, sendo o imposto calculado com base no proveito com rendas contabilizado e utilizando-se uma taxa de 15%;
- vi) Imposto sobre a aplicação de capitais ("IAC"): O Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro, estabelece a incidência sobre os rendimentos provenientes da simples aplicação de capitais, sendo devido pelos titulares dos respectivos rendimentos sem prejuízo da sua exigência a outras entidades. A determinação da matéria colectável varia mediante o tipo de rendimento em causa, tal como a taxa aplicável, sendo que no caso dos dividendos e lucros distribuídos incide uma taxa de 10%.

De acordo com a legislação em vigor na República de Angola, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa referentes aos anos de 2013 a 2018 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

De acordo com a legislação fiscal em vigor 30% do valor do aumento das amortizações resultante da reavaliação dos activos imobilizados corpóreos efectuada ao abrigo dos diplomas legais não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto industrial. As amortizações resultantes dos bens revalorizados não são dedutíveis para efeitos fiscais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas -- mKz)

f) Impostos diferidos

Por não ser uma política contabilística de aplicação obrigatória em Angola, não se encontram registados nas demonstrações financeiras anexas os impostos diferidos relativamente às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de registo contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

g) Provisões para riscos e encargos

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

h) Responsabilidades assumidas perante o pessoal

Férias, subsídio de férias e subsídio de Natal

De acordo com a legislação vigente na República de Angola, os trabalhadores têm anualmente direito a 1 mês de férias remuneradas acrescido de subsídio de férias de igual montante, encargo este que representa um direito adquirido em função dos serviços prestados durante os onze meses anteriores ao do seu pagamento.

Adicionalmente, os trabalhadores têm anualmente direito a um subsídio de Natal que corresponderá, no mínimo, a 50% do salário base, sendo que a Empresa garante o pagamento como subsídio de Natal de 100% do salário base.

Assim, no final de cada exercício, a Empresa constitui uma responsabilidade para os encargos relativos com férias e subsídios de férias, que serão pagos no exercício seguinte, a qual é registada na rubrica de "Outros passivos correntes" (Nota 21).

i) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade; e
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

j) Subsídios do Estado

Os subsídios do Governo são reconhecidos no passivo no momento em que são efectivamente recebidos. Sempre que as condições especificadas na sua atribuição o permitam, o rédito proveniente de subsídios é reconhecido durante os períodos necessários para os balancear com os custos relacionados que visam compensar, numa base sistemática, na demonstração dos resultados do exercício.

k) Erros, erros fundamentais, alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas

A correcção de erros na preparação das demonstrações financeiras de um ou mais exercícios anteriores que sejam identificados no exercício corrente é reconhecida em resultados do exercício, excepto se reunirem as características para serem considerados erros fundamentais (erros materialmente relevantes).

As alterações nas políticas contabilísticas apenas são efectuadas nos casos em que seja exigida por disposições contabilísticas emitidas por órgão competente para o efeito ou se a alteração resultar

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

numa apresentação mais apropriada de acontecimentos ou de transacções nas demonstrações financeiras da Empresa.

De acordo com o PGCA, os efeitos dos erros fundamentais e das alterações de políticas contabilísticas são registados em resultados transitados, sendo os mesmos divulgados nas notas às demonstrações financeiras, nomeadamente a sua natureza e os seus efeitos na informação financeira do exercício (Notas 3 e 14).

As alterações de estimativas decorrem de alterações nas circunstâncias nas quais tais estimativas se basearam em resultado de novas informações, de mais experiência ou de desenvolvimentos subsequentes. Por essa razão, os efeitos das alterações de estimativas são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício, na mesma rubrica anteriormente usada para reconhecer a estimativa inicial.

i) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data das demonstrações financeiras que afectem o valor dos activos e dos passivos existentes à data das referidas, se materialmente relevantes, são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício. Outros eventos, se significativos, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa no exercício de 2018, face ao exercício anterior.

4. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

4.1 COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2018, a composição da rubrica de “Imobilizações corpóreas” é conforme segue:

Rubricas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	3.438.056	136.286	3.301.770
Edifícios e outras construções	24.077.234	2.883.778	21.193.456
Equipamento básico	350.464	338.333	12.131
Equipamento de transporte	1.078.435	527.979	550.456
Equipamento administrativo	518.757	351.934	166.823
Outras imobilizações corpóreas	163.734	25.418	138.316
Imobilizado em curso	51.929	-	51.929
	<u>29.678.609</u>	<u>4.263.728</u>	<u>25.414.881</u>

4.3 MOVIMENTOS OCORRIDOS, DURANTE O EXERCÍCIO, NO VALOR BRUTO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, o movimento ocorrido no valor bruto das imobilizações corpóreas foi o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações (Nota 31)	Aumentos	Regularizações	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	3.438.056	-	-	-	3.438.056
Edifícios e outras construções	24.077.234	-	-	-	24.077.234
Equipamento básico	350.464	-	-	-	350.464
Equipamento de transporte a)	552.533	-	525.902	-	1.078.435
Equipamento administrativo	445.639	-	73.118	-	518.757
Outras imobilizações corpóreas	61.714	-	102.020	-	163.734
Imobilizado em curso b)	-	-	51.929	-	51.929
	<u>28.925.640</u>	<u>-</u>	<u>752.969</u>	<u>-</u>	<u>29.678.609</u>

a) O aumento de 525.901 mKz na rubrica equipamento de transporte corresponde essencialmente aquisição de mini autocarros e viaturas para apoio ao colaboradores da Empresa, e viaturas para o apoio no combate ao fenómeno das Ravinas no Leste do País.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

O aumento no imobilizado em curso no montante de 51.929 mKz corresponde as obras de restauro do segundo andar do Edifício da Endiama na Rua Rainha Ginga.

4.4. MOVIMENTOS OCORRIDOS, DURANTE O EXERCÍCIO, NO VALOR DAS AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, o movimento ocorrido nas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Rubricas	Saldos iniciais	Reavaliações	Reforço (Nota 29)	Regularizações/ Alienações	Saldos finais
Terrenos e recursos naturais	(98.149)	-	(38.137)	-	(136.286)
Edifícios e outras construções	(2.330.482)	-	(553.296)	-	(2.883.778)
Equipamento básico	(329.868)	-	(8.465)	-	(338.333)
Equipamento de transporte	(469.980)	-	(57.999)	-	(527.979)
Equipamento administrativo	(295.948)	-	(55.988)	-	(351.934)
Outras imobilizações corpóreas	(9.799)	-	(15.619)	-	(25.418)
	<u>(3.534.224)</u>	<u>-</u>	<u>(729.504)</u>	<u>-</u>	<u>(4.263.728)</u>

5. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

5.1 COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2018, a composição da rubrica de "Imobilizações Incorpóreas" é conforme segue:

Rubricas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Despesas de Desenvolvimento	82.463	3.979	78.484
	<u>82.463</u>	<u>3.979</u>	<u>78.484</u>

5.3 MOVIMENTOS OCORRIDOS, DURANTE O EXERCÍCIO, NO VALOR BRUTO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, o movimento ocorrido no valor bruto das imobilizações incorpóreas foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações (Nota 31)	Aumentos	Regularizações	Saldo final
Despesas de Desenvolvimento	435	-	82.028	-	82.463
	<u>435</u>	<u>-</u>	<u>82.028</u>	<u>-</u>	<u>82.463</u>

O aumento de 82.028 mKz nas imobilizações incorpóreas corresponde, essencialmente à aquisição dos Softwares Micromine e Geosoft nos montantes 29.628 mKz e 45.038 mKz respectivamente, utilizadas para o tratamento de informação e pesquisa pela Direção de Geologia e Minas.

5.4. MOVIMENTOS OCORRIDOS, DURANTE O EXERCÍCIO, NO VALOR DAS AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, o movimento ocorrido nas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Rubricas	Saldos iniciais	Reavaliações	Reforço	Regularizações/ Alienações	Saldos finais
Despesas de Desenvolvimento	-	-	(3.979)	-	(3.979)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.979)</u>	<u>-</u>	<u>(3.979)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

6. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

6.1 COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2018, os investimentos detidos em subsidiárias e associadas são conforme segue:

Rubricas	Valor bruto	Provisões acumuladas	Valor líquido
Subsidiárias:			
Partes de capital	18.630.586	(5.374)	18.625.212
Associadas:			
Partes de capital	1.047.673	(34.992)	1.012.681
	<u>19.678.259</u>	<u>(40.366)</u>	<u>19.637.893</u>

As partes de capital detidas em subsidiárias detalham-se conforme segue:

Subsidiárias	Capitais próprios	Resultado do período	% de participação	% de votos detidos	Valores detidos	Quantia bruta registada	
						2018	2017
Endiama Mining Limiteda	Ni	Ni	99%	99%	Ni	8.801	8.801
Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola, SODIAM	Ni	Ni	99%	99%	Ni	9.702	9.702
ALFA 5 - Segurança Industrial e Patrimonial S.A.R.L.	Ni	Ni	45%	45%	Ni	2.781	2.781
Clinica Sagrada Esperança Limitada	Ni	Ni	00%	90%	Ni	369	369
Endiade - Log. Integrada e Trading, SARL CBL	Ni	Ni	99%	99%	Ni	2.593	2.593
Sociedade Mineira do Luopaa	Ni	Ni	100%	100%	Ni	18.605.349	18.605.349
						<u>18.630.586</u>	<u>18.630.586</u>

Sociedade de Comercialização de Diamantes de Angola, SODIAM S.A.R.L.

A constituição da SODIAM foi autorizada pelo Decreto 39/99, de 3 de Dezembro do Conselho de Ministros, tendo a empresa a sua sede na Rua Major Kanhangulo, 100, em Luanda. O objecto social da empresa consiste na comercialização e lapidação de diamantes explorados na República de Angola. O capital social inicial, correspondente a 100.000 USD equivalentes na altura da subscrição a 512.311.000 milhares de Kwanzas Reajustados, foi totalmente subscrito pela Endiama.

No decorrer do exercício de 2017, e decorrente de publicação em decreto presidencial nº157/17 de 4 de Julho de 2017, a Empresa Sodiam foi transformada numa Empresa Pública. Os efeitos da operação de transformação encontra-se a ser avaliado pelo Conselho de Administração.

ALFA 5 - Segurança Industrial e Patrimonial S.A.R.L.

A ALFA 5 - Segurança Industrial e Patrimonial S.A.R.L. (adiante "ALFA 5") foi constituída em Agosto de 1993 e tem a sua sede na Rua Rainha Ginga 74, 13º andar. O objecto social desta empresa compreende a prestação de serviços de segurança privada, formação de pessoal na área de segurança, transporte de valores, entre outros.

Clinica Sagrada Esperança Limitada

A Clinica Sagrada Esperança Limitada (adiante "CSE") foi constituída em Outubro de 2005, e tem sede na Rua Murtala Mohamed, na Ilha de Luanda. Esta empresa tem por objecto social a prestação de serviços médicos e medicamentosos, entre outros. A Empresa detém uma quota nesta empresa representativa de 90% do capital social.

As partes de capital detidas em associadas são conforme segue:

Empresa	Capitais próprios	Resultado do exercício	% de participação	% de votos detidos	Valores detidos	Quantia bruta registada		Sector
						2018	2017	
Sociedade Mineira do Luó	Ni	Ni	90,0%	90,0%	Ni	305.320	305.328	Mineiro
Sociedade Mineira do Chitoto	Ni	Ni	45,0%	45,0%	Ni	250.425	250.425	Mineiro
Sociedade Mineira do Quango	Ni	Ni	41,0%	41,0%	Ni	225.491	225.491	Mineiro
Banco Angolano de Investimentos S.A.	Ni	Ni	1,5%	1,5%	Ni	221.801	221.801	Banca
Banco de Comércio e Indústria S.A.	Ni	Ni	1,0%	1,0%	Ni	27.650	27.650	Banca
Sociedade Mineira de Luminas Lda.	Ni	Ni	47,0%	47,0%	Ni	3.760	3.760	Mineiro
Sociedade Mineira de Luminas Lda.	Ni	Ni	41,0%	41,0%	Ni	3.280	3.280	Mineiro
Sociedade Mineira de Luminas Lda.	Ni	Ni	Ni	Ni	Ni	3.075	3.075	Mineiro
Sociedade Mineira de Lopi	Ni	Ni	Ni	Ni	Ni	3.068	3.068	Mineiro
Sociedade Mineira de Lumbha	Ni	Ni	32,0%	32,0%	Ni	2.408	2.408	Mineiro
Sociedade Mineira do Caloca S.A.R.L.	Ni	Ni	39,0%	39,0%	Ni	992	992	Mineiro
Sonitana, Limitada	Ni	Ni	51,0%	51,0%	Ni	102	102	Mineiro
Sociedade Mineira Lualaba	Ni	Ni	51,0%	51,0%	Ni	102	102	Mineiro
Ilhina, Lda	Ni	Ni	50,0%	50,0%	Ni	-	-	Mineiro
Sociedade de Desenvolvimento Mineiro	Ni	Ni	37,0%	37,0%	Ni	-	-	Mineiro
Sociedade Mineira do Camuloa	Ni	Ni						
						<u>1.047.673</u>	<u>1.047.673</u>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

MOVIMENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, não ocorreu qualquer movimento nesta rubrica.

Não se encontram disponíveis nesta data informações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, relativas a todas as empresas do grupo, associadas e participadas.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, não ocorreu qualquer movimento nas provisões para investimento em subsidiárias e associadas.

7. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

7.1 COMPOSIÇÃO

Rubricas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Provisões	Valor Líquido
Outros Investimentos Financeiros	86.134	-	-	86.134
Depósitos a médio longo prazo	81.889	-	-	81.889
	<u>168.023</u>	-	-	<u>168.023</u>

Os valores desta rubrica são relativos a Obrigações de Tesouro obtidas em 2016, para compensar a Empresa pelas acções subscritas na "Bolsa de Valores e Derivados de Angola, S.A.", dissolvida em exercícios anteriores e depósito a prazos.

9. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES E CONTAS A RECEBER

9.1 COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, esta rubrica detalha-se conforme segue:

Rubricas	Não corrente			Total	Não corrente			Total
	Corrente	Vencível até 5 anos	de 5 anos		Corrente	Vencível até 5 anos	de 5 anos	
Fornecedores - saldos devedores	528.018	-	-	528.018	453.887	-	-	453.887
Estado	391	-	-	391	970	-	-	970
Participações e participadas	11.118.449	10.881.850	-	22.000.299	6.372.361	7.661.507	-	14.033.868
Pessoal	14.368	96.682	300.400	411.450	32.395	110.635	382.788	625.818
Outros devedores	3.047.871	-	-	3.047.871	1.361.179	-	-	1.361.179
	<u>14.707.085</u>	<u>11.078.132</u>	<u>300.400</u>	<u>26.093.707</u>	<u>6.220.806</u>	<u>7.772.202</u>	<u>382.788</u>	<u>16.375.796</u>

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de "Fornecedores – saldos devedores" detalha-se conforme segue:

Rubricas	2018	2017
Zahara	446.165	446.165
Mr Air Drilling	51.356	-
Organização Arsecklame, LDA	5.318	-
ITM Mining Lda	5.296	-
Mining University	3.950	-
Ledil Angola	2.926	-
Unicargas - Transporte de Cargas	2.094	2.094
SCONMAT- Construção e Materias e Equipamentos	-	2.493
Outros	10.913	3.135
	<u>528.018</u>	<u>453.887</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mkz)

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de "Participantes e participadas" detalha-se conforme segue:

Rubricas	2018	2017
Corrente:		
Conta corrente dividendos:		
Sociedade Mineira do Catoca	9.749.201	4.772.420
Sociedade Mineira do Chitotolo	1.101.709	870.263
Sociedade Mineira do Luó	265.539	142.768
Sociedade Mineira Cuango	-	586.930
	<u>11.116.449</u>	<u>6.372.381</u>
Provisões para dividendos	-	-
Total Corrente	<u>11.116.449</u>	<u>6.372.381</u>
Não corrente:		
Empréstimos concedidos:		
SML - Sociedade Mineira do Lucapa	5.316.269	2.858.317
Catoca	365.970	189.362
SODIAM	568.992	244.751
Enditrade	129.190	129.190
Luminas	441.143	-
Suprimentos		
Clinica Sagrada Esperança	4.153.511	4.124.722
Enditrade	250.809	250.809
Alfa 5	146.063	146.063
Dividendos:		
Sociedade Mineira do Luminas	842.115	452.767
Banco Comercio e Indústria	1.287	642
	<u>12.215.349</u>	<u>8.396.623</u>
Provisão para dividendos	(1.087.736)	(588.993)
Provisão para empréstimos concedidos	(146.063)	(146.063)
Total não corrente	<u>10.981.550</u>	<u>7.661.567</u>

Os empréstimos concedidos não vencem juros nem estão definidas as condições do seu reembolso. O Conselho de Administração entende porém que os mesmos não serão reembolsados no decurso de 2018.

A conta a receber da "Clínica Sagrada Esperança" corresponde aos activos circulantes transferidos para esta entidade aquando da sua constituição.

Os montantes registados na rubrica de "Contas a receber – Pessoal" correspondem, essencialmente, a adiantamentos efetuados a colaboradores para suporte à aquisição de viaturas próprias e de casas, encontrando-se prevista a sua recuperação via dedução salarial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de "Outros devedores" detalha-se conforme segue:

Rubricas	2018	2017
Outros devedores - Subsidiárias e associadas		
Corrente:		
SODIAM	369.641	246.878
Sociedade Mineira do Chitototo	244.838	120.651
Alfa 5	244.815	-
UARI - Sociedade Mineira, Limitada	95.904	-
Sociedade Mineira do Lumina	12.344	6.637
	<u>967.542</u>	<u>374.166</u>
Outros devedores correntes:		
Camuazanza	955.943	606.123
Sompa - Sociedade Mineira	547.046	7.530
Socogrel	280.779	256.497
Auto-Montreal	55.601	55.601
Hotel Diamante Dundo	33.400	-
Projecto Tchegi	13.357	-
ASCORP	8.918	8.918
Outros	275.692	142.745
	<u>2.170.736</u>	<u>1.077.414</u>
Provisão para devedores de cobrança duvidosa	<u>(90.408)</u>	<u>(90.408)</u>
Total corrente	<u>3.047.870</u>	<u>1.361.173</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, o movimento ocorrido nas provisões para cobranças duvidosas foi conforme segue:

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Actualização cambial	Reversões	Saldo final
Participantes e participadas	735.056	-	498.743	-	1.233.799
Outros devedores	90.408	-	-	-	90.408
	<u>825.464</u>	<u>-</u>	<u>498.743</u>	<u>-</u>	<u>1.324.207</u>

10. DISPONIBILIDADES

10.1 COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, esta rubrica detalha-se conforme segue:

Rubricas	2018	2017
Saldo em bancos:		
Depósitos a prazo	330.692	203.847
Depósitos à ordem	19.741.684	5.029.147
Caixa	5.570	11.518
	<u>20.077.946</u>	<u>5.244.512</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

11. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a rubrica "Outros activos correntes" detalha-se como segue:

Rubricas	2018	2017
Encargos a repartir por períodos futuros:		
Seguros	30.714	-
Bolsas de estudo	721	-
	<u>31.435</u>	<u>-</u>

12. CAPITAL

12.1 COMPOSIÇÃO E MOVIMENTO

O capital estatutário da Empresa em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 corresponde a 7 Kz, de acordo com os estatutos publicados em Diário da República, I Série nº 20 de 25 de Abril de 1997.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, não se verificou qualquer movimento na rubrica de "Capital".

13. RESERVAS

13.1 COMPOSIÇÃO E MOVIMENTO

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, o movimento ocorrido na rubrica de "Reservas" foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuição	Saldo final
Reservas de reavaliação	18.788.559	-	-	18.788.559
	<u>18.788.559</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.788.559</u>

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação foram criadas mediante avaliação por um perito independente e só podem ser usadas para aumentar o capital ou cobrir prejuízos acumulados desde que se encontrem realizadas ou pela venda dos bens revalorizados ou pela sua completa ou parcial amortização.

14. RESULTADOS TRANSITADOS

14.1 COMPOSIÇÃO E MOVIMENTO

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, o movimento ocorrido na rubrica de "Resultados transitados" foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Saldo inicial	20.371.746	-	-	20.371.746
Movimentos no período:				
Transferência dos resultados do exercício anterior	-	-	592.119	(592.119)
	<u>20.371.746</u>	<u>-</u>	<u>592.119</u>	<u>19.779.627</u>

Afectação de lucros

De acordo com o Decreto 8/02, de 12 de Abril (anterior Regulamento da Lei das Empresas Públicas), a afectação dos lucros da Empresa deverá seguir determinadas regras, nomeadamente as seguintes: (i) 5% a 10% para a constituição da reserva legal; (ii) 25% a 50% para constituição do fundo de investimento; (iii) 5% a 10% para o fundo social; e (iv) do remanescente, até ao limite de 30% destinar-se-ão à distribuição de estímulos individuais aos trabalhadores que tenham obtido a melhor qualificação, sendo a parte

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

restante destinada ao Estado, sendo da competência do Ministro das Finanças a sua aprovação sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com o ofício Nº. GAB/MIREMPET/2018 de 7 de Novembro 2018, o Gabinete do Ministério de Recursos Minerais e Petróleos emitiu um parecer onde refere, que apesar das limitações reportadas no referido ofício e reportadas pelo auditor externo, as demonstrações financeiras do relatório de Gestão e Contas de 2017 apresenta de forma apropriada a posição financeira da Endiama, E. P. a 31 de Dezembro de 2017.

De acordo com o Artigo 26º da Lei 11/13, de 3 de Novembro (actual Lei de Bases do Sector Empresarial Público) e sem prejuízo do que venha a ser disposto em legislação especial, as propostas de aplicação dos resultados disponíveis dos exercícios das empresas de capitais integralmente públicos, devem ser afectos, nos termos que vierem a ser regulamentados, de acordo com as seguintes prioridades: (i) Reserva legal; (ii) Dividendos; (iii) Fundo de investimentos; (iv) Fundo social.

O Titular do Poder Executivo, ou quem este delegar, com base na estimativa de resultados líquidos positivos do exercício, pode determinar a entrega antecipada de lucros por parte de empresas a que se refere anteriormente.

Quando a situação económico-financeira da empresa pública ou com domínio público o permitir e as circunstâncias o justificarem, uma percentagem dos lucros remanescentes distribuíveis pode ser destinada à atribuição de prémios individuais aos trabalhadores a título de participação nos lucros, em função da sua produtividade e dedicação à empresa. Cabe ao Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, ou a quem este delegar, regular as modalidades e os regimes de prémios individuais aos trabalhadores ou gestores a título de participação nos lucros, atendendo sempre à situação patrimonial e financeira da empresa.

Adicionalmente, o Artigo 27º da referida Lei veio estipular que é obrigatória a constituição de uma reserva legal que nunca deve ser inferior a 20% do capital social a qual não se aplica quando a empresa de domínio público assume a forma de sociedade anónima, sendo, neste caso um valor nunca inferior à 20.ª parte dos lucros líquidos da sociedade, até que essa reserva perfaça um valor equivalente à 5.ª parte do capital social. O referido artigo refere ainda o seguinte: (i) o fundo de investimento destina-se a assegurar o financiamento dos investimentos da respectiva empresa; (ii) o fundo social destina-se a conceder estímulos colectivos aos trabalhadores, através da melhoria das suas condições sociais. Os limites dos referidos fundos deverão ser objecto de regulamentação.

18. PROVISÃO PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

18.1 MOVIMENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO, NAS PROVISÕES

O movimento ocorrido na rubrica de "Provisões para outros riscos e encargos" no exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foi conforme segue:

Rubrica	Saldo Iniciais	Reforços (Nota 39)	Actualização cambial	Utilização	Saldo finais
Provisão para outros riscos e encargos	2.777.721	2.142.290	-	90.945	4.829.067
	2.777.721	2.142.290	-	90.945	4.829.067

A rubrica de "Provisão para outros riscos e encargos" corresponde, essencialmente, a responsabilidades contingentes pelos seguintes processos intentados contra a Empresa:

- i) Processo intentado pela empresa Contur, no montante de 2.653.316 mKz;
- ii) Processos intentados por Banco BNI, no montante de 1.040.167 mKz;
- iii) Processo intentado pela empresa Pinto Bastos, no montante de 539.383 mKz;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

19. CONTAS A PAGAR

19.1 COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, o detalhe das contas a pagar é conforme segue:

Rubrica	2018				2017			
	Corrente	Não corrente		Total	Corrente	Não corrente		Total
		Vencível até 6 anos	Vencível a mais			Vencível até 6 anos	Vencível a mais	
Fornecedores – correntes	1.365.387	-	-	1.365.387	1.410.971	-	-	1.410.971
Estados:								
Imposto sobre os rendimentos do trabalho	70.812	-	-	70.812	65.014	-	-	65.014
Imposto predial urbano	118.089	-	-	118.089	114.312	-	-	114.312
Segurança Social	42.583	-	-	42.683	26.162	-	-	26.152
Retenção na fonte - Lei 19/14	20.510	-	-	20.510	13.930	-	-	13.930
Outros impostos	6.145	-	-	6.145	1.485	-	-	1.485
Participantes e participadas	29.103.015	1.826.035	-	30.929.050	15.614.045	891.276	-	16.605.321
Personal	2.680	-	-	2.685	403	-	-	403
Outros credores	6.476.460	-	-	6.476.480	5.410.560	-	-	5.410.560
	<u>37.205.807</u>	<u>1.826.035</u>		<u>39.031.842</u>	<u>22.658.852</u>	<u>891.276</u>		<u>23.648.128</u>

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de "Fornecedores – correntes" detalha-se conforme segue:

Fornecedores - Correntes	2018	2017
Complexo Hoteleiro da Endiama	245.094	245.094
Bralusango	227.776	227.776
Socogrel	191.064	191.064
Odebrecht	179.043	179.043
ACPC	64.763	64.763
Grande Hotel Universo	48.217	48.217
GEOSOFT-Geosoft Europe Ltd	45.038	-
L.O Baptista Advogados Associados	34.459	34.459
Space Project	28.690	28.690
Hotel Diamante Luanda	20.517	23.469
Cassam - Comércio geral	19.708	19.708
OP. Sanyo	18.078	18.078
ITM Mining, Lda.	-	41.089
Outros	242.940	289.521
	<u>1.365.387</u>	<u>1.410.971</u>

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, o detalhe dos saldos correntes mantidos com as entidades participantes e participadas é conforme segue:

Rubricas	2018	2017
Conta corrente - Dividendos:		
SODIAM	26.351.090	14.167.787
Sociedade Mineira do Luó	1.851.642	995.544
Cuango	464.427	216.328
Sonviluana	421.249	226.486
Sociedade Mineira do Luminas	14.505	7.798
Liziria	102	102
	<u>29.103.015</u>	<u>15.614.045</u>
Conta não corrente - Dividendos:		
Endiama Mining	1.621.130	917.705
UARI - Sociedade Mineira, Limitada	204.905	73.571
	<u>1.826.035</u>	<u>991.276</u>
	<u>30.929.050</u>	<u>16.605.321</u>

Os saldos mantidos com estas entidades respeitam a adiantamentos recebidos por conta de dividendos futuros cuja distribuição virá a ser decidida no futuro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de "Outros credores" detalha-se conforme segue:

Outros Credores	2018	2017
Clinica Sagrada Esperança	6.470.737	5.348.070
Grupo Desportivo Sagrada Esperança	4.452	-
Sociedade Mineira do Cuango	475	-
Alfa 5	-	61.026
UARI - Sociedade Mineira, Limitada	-	689
Outros	816	775
	<u>6.476.480</u>	<u>5.410.560</u>

21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Rubricas	2018	2017
Encargos a pagar:		
Cabazes de Natal	538.475	538.475
Férias e subsídio de férias	496.277	439.374
Impostos	397.483	553.218
Honorários e avenças	308.255	161.080
Vigilância e Segurança	264.667	-
Patrocínios	31.575	-
Despesas bancárias	926	-
Outros Encargos	6.960	8.997
	<u>2.044.618</u>	<u>1.701.144</u>

Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica de "Honorários e avenças" corresponde, essencialmente, aos encargos a pagar referentes a serviços de advocacia, contabilidade e auditoria prestados no decurso de exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

A rubrica de "Patrocínios" corresponde, essencialmente, aos encargos a pagar referentes a patrocínios mensais atribuídas à Maternidade Lucrécia Paim no decurso de exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

24. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, esta rubrica detalha-se conforme segue:

Rubricas	2018	2017
Comissões de comercialização de diamantes	3.130.812	1.832.736
Serviços suplementares	191.514	110.990
Outros proveitos e ganhos operacionais	2.493.812	-
	<u>5.816.138</u>	<u>1.943.726</u>

Na rubrica "Comissões de comercialização de diamantes" encontra-se registada a taxa de comercialização devida na exportação dos diamantes ocorrida a partir de território Angolano, (Nota 1).

O montante registado na rubrica "Outros proveitos e ganhos operacionais" corresponde a proveitos reconhecidos com entidades "Endiama – China International Holding, Limited" e "Sociedade Mineira do Catoca", nos montantes de 2.085.314 mKz e 407.298 mKz, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

28. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, esta rubrica detalha-se conforme segue:

Rubricas	2018	2017
Remunerações ao pessoal	4.580.588	4.162.240
Encargos sobre remunerações	238.171	226.792
Outros custos com o pessoal:		
Despesas de Saúde	993.166	851.142
Bolsas de Estudo	76.449	71.707
Prémios para pensões	57.421	-
Ajudas de Custo	12.405	20.493
Formação	11.109	12.542
Outros	89.742	330.745
	<u>6.059.051</u>	<u>5.675.661</u>
Número médio de empregados ao serviço da empresa	628	611

29. AMORTIZAÇÕES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, esta rubrica detalha-se conforme segue:

Rubricas	2018	2017
Imobilizações Corpóreas (Nota 4)	729.504	681.636
Imobilizações Incorpóreas (Nota 5)	3.979	-
	<u>733.483</u>	<u>681.636</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

30. OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 esta rubrica detalha-se conforme segue:

Rubricas	2018	2017
Fornecimentos e serviços de terceiros:		
Vigilância e segurança	518.214	534.332
Deslocações e estadas	367.458	385.718
Material de escritório	127.777	39.073
Rendas e Alugueres	123.191	124.419
Trabalhos Especializados	101.363	98.521
Conservação e reparação	78.248	67.567
Combustíveis e outros fluidos	52.767	87.751
Limpeza, higiene e conforto	47.705	51.867
Honorários e avenças	47.546	8.223
Outros fornecimentos e serviços de terceiros	40.881	74.724
Comunicação	40.652	74.161
Seguros	19.793	17.218
Publicidade e propaganda	18.663	12.905
Despesas de representação	16.500	196
Material protecção, seg.e conforto	5.780	1.038
Outros	87.750	70.257
Impostos:		
Contribuição predial	39.486	35.709
Imposto do selo	31.480	15.004
Outros impostos	14.642	18.437
Imposto de capitais	792	2.919
Outros custos e perdas operacionais	948.380	607.642
	<u>2.729.068</u>	<u>2.327.681</u>

A variação na rubrica "Honorários e Avenças" resulta do acréscimo das despesas incorridas com assessoria hoteleira.

A montante registado na rubrica "Outros custos e perdas operacionais" corresponde a despesas incorridos e pagos por colaboradores de Empresa via cartões de crédito, os quais se encontravam devidamente aprovadas no âmbito das políticas e praticas internas dos recursos humanos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

31. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, os resultados financeiros demonstram-se conforme segue:

Rubricas	2018	2017
Proveitos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	4.267	35.398
Diferenças de câmbio favoráveis	18.640.000	303.370
Outros	12.276	6.412
	<u>18.656.543</u>	<u>345.180</u>
Custos e perdas financeiras		
Juros suportados	62	187
Diferenças de câmbio desfavoráveis	20.057.166	32.239
Despesas bancárias	68.822	23.379
	<u>20.126.050</u>	<u>55.805</u>
Resultados financeiros	<u>(1.469.507)</u>	<u>289.375</u>

As diferenças de câmbio favoráveis e desfavoráveis resultam, essencialmente, da actualização cambial de contas a receber e a pagar denominadas em moeda estrangeira junto de empresas subsidiárias e associadas, bem como dos depósitos bancários em moeda estrangeira, tendo o impacto favorável ascendido a 18.640.000 mKz e o impacto desfavorável ascendido a 20.057.166 mKz.

32. RESULTADOS DE FILIAIS E ASSOCIADAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, os resultados das filiais e associadas foram determinados conforme segue:

Rubricas	2018	2017
Associadas:		
Dividendos:		
Sociedade Mineira do Catoca	15.363.723	7.286.300
Somilua, Limitada	419.131	208.682
Banco Angolano de Investimentos	349.820	235.026
Sociedade Mineira do Cuango	-	586.930
	<u>16.132.674</u>	<u>8.316.938</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

33. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, os resultados não operacionais demonstram-se conforme segue:

Rubricas	2018	2017
Custos e perdas não operacionais:		
Provisões:		
Cobranças duvidosas	-	138.059
Multas e penalidades fiscais e não fiscais	608	49
Outros riscos e encargos	2.142.290	1.600.623
Patrocínios	850.831	533.326
Donativos	424.507	43.757
Indemnizações	5.247	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	433.534	144.211
Outros custos e perdas não operacionais	119.774	91.276
	<u>3.976.791</u>	<u>2.551.301</u>
Proveitos e ganhos não operacionais:		
Reposições de Provisões:		
Cobranças duvidosas (Nota 9.1)	-	1.770
Outros proveitos e ganhos não operacionais	47.744	87.006
	<u>47.744</u>	<u>88.776</u>
Resultados não operacionais	<u>(3.929.047)</u>	<u>(2.462.525)</u>

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Patrocínios" inclui essencialmente, patrocínios efectuados: (i) Fundação Brilhante no montante de 204.045 mKz e 152.848 mKz, respectivamente; (ii) Grupo Desportivo Sagrada Esperança no montante de 247.832 mKz e 199.116 mKz; e no ano exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, patrocínios efectuados à Maternidade Lucrecia Paim e ao Grupo Desportivo Bravo dos Maquis nos montantes de 229.122 mKz e 55.224mKz respectivamente.

No exercício findo em 31 de Dezembro 2018 a rubrica "Donativos", corresponde, essencialmente a atribuição de donativos de viaturas ao Instituto Geológico de Angola no montante de 81.000 mKz, ao Fundo Social dos Trabalhadores e Conselho Consultivo Alargado do Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos no montante de 258.731 mKz, e Cabazes de Natal no montante 84.775 mKz.

No exercício findo em 31 de Dezembro 2018 a rubrica "Correcções relativas a exercícios anteriores", corresponde, essencialmente as rendas de escritórios da Endiama P&P para os exercícios de 2011 a 2014 no montante de 98.345 mKz, a Segurança Social de ex trabalhadores da Sociedade Mineira do Lucapa para o exercício de 2011 a 2014, custos de salários vencidos e não pagos aos funcionários da Fundação Brilhante referentes ao período de 2010 e 2012 num montante de 50.067 mKz e custos referentes à contratação de novos jogadores do Grupo Desportivo Sagrada Esperança no ano de 2017 num montante de 113.650 mKz.

No exercício findo em 31 de Dezembro 2018 e 2017 a rubrica " Outros custos e perdas não operacionais" inclui essencialmente, o efeito da regularização de contencioso de projectos parados.

34. RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

<u>Rubricas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Proveitos e Ganhos Extraordinários		
Sinistros	-	5,345
	-	5,345
Custos e Perdas Extraordinários		
	-	-
	-	-
	-	5,345

35. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, e à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos exercícios, a Empresa não gerou matéria colectável positiva.

38. ACONTECIMENTOS OCORRIDOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram factos relevantes após a data do balanço que requeiram ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

40. ENTIDADES RELACIONADAS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, as transacções com entidades relacionadas referem-se, essencialmente, ao reconhecimento de proveitos de dividendos junto das entidades "Sociedade Mineira do Catoca", "Somilwana, Limitada" e "banco Angolano de Investimento", (Nota 32).

Em 31 de Dezembro de 2018, a Empresa mantém saldos significativos com entidades relacionadas, conforme detalhado na Nota 9 e Nota 19, respectivamente.

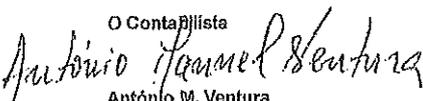


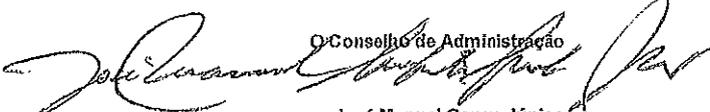
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mKz)

47. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, o detalhe do caixa e equivalentes de caixa era conforme segue:

Rubricas	2018	2017
Caixa:		
Numerário	5.570	11.518
Depósitos à ordem	19.741.684	5.029.147
Total de caixa e equivalentes de caixa	19.747.254	5.040.665

O Contabilista

 António M. Ventura
 (2894)

O Conselho de Administração

 José Manuel Ganga Júnior
 (Presidente Conselho de Administração)


 Joaquim Filipe Luis
 (Administrador)